

Relatório Luz da Sociedade Civil
sobre a Agenda 2030 no Brasil

2022



Eixo Ambiental

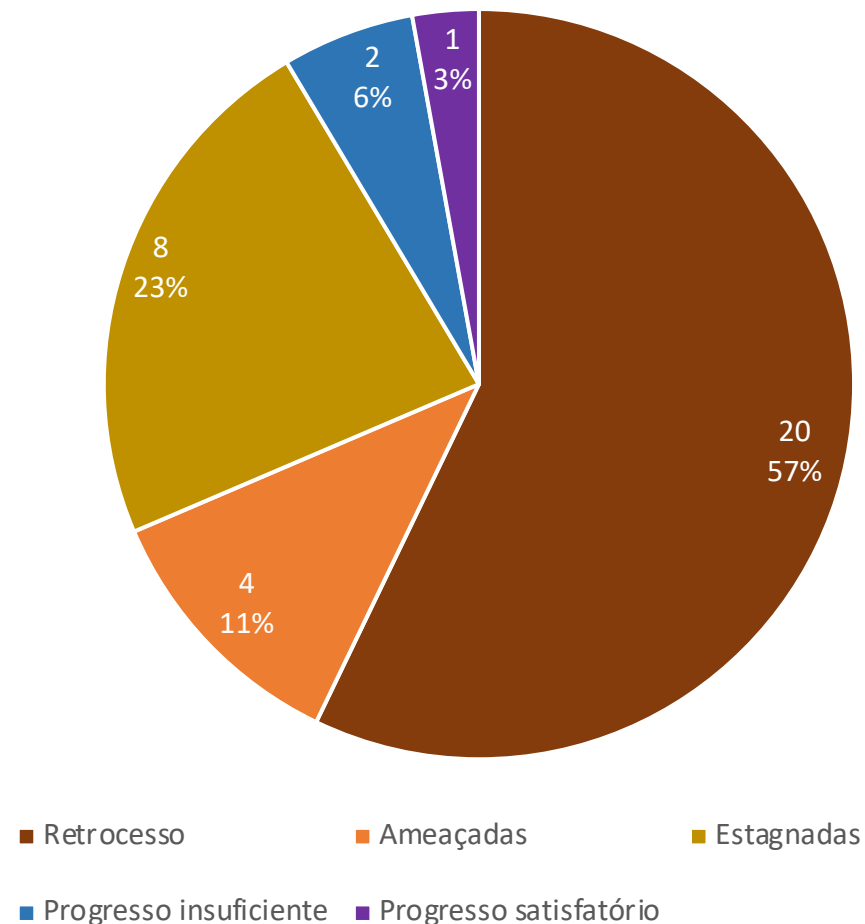
ODS 6, 13, 14, 15

Das 30 metas:

- 20 estão em retrocesso;
- 4 estão ameaçadas;
- 8 estão estagnadas;
- 2 apresentam progresso insuficiente;
- 1 apresentam progresso satisfatório.

Ou seja:

- 91% não avançaram (estagnadas ou ameaçadas) ou retrocederam.



Falta de governança, baixo orçamento e descomprometimento

- Orçamentos ainda menores para saneamento, meio ambiente e clima, incluindo:
 - Redução de 75% do orçamento para combate às enchentes;
 - O menor orçamento para o Cemaden desde sua criação;
 - Execução de apenas 41% do orçamento para fiscalização ambiental.
- Diversos atos administrativos e projetos de lei – Pacote da Destruição – que ameaçam ecossistemas, povos e comunidades tradicionais e o clima global.
- Apresentação formal de novos dados para contribuição nacionalmente determinada (NDC) com dados mascarados, participação na COP26 com os mesmos compromissos apresentados em 2015 e não ratificação do Acordo de Escazú.

Impactos marcados pelo racismo ambiental.

- Novo recorde do aumento do nível do mar, diminuição da qualidade dos corpos hídricos e desastres.
- Quase metade da população não possui acesso adequado a água e saneamento.
 - 8% (17,1 milhões) mora em favelas, sendo que nas favelas das regiões metropolitanas (89%) 67% das pessoas são negras.
- 79% de desmatamento total a mais, com desmatamento acumulado na Amazônia e no Cerrado quatro vezes maior (13% do território nacional) que o limite da meta climática para 2020.
- Jan-jul 2021: Maior número de focos de queimadas em nove anos na Caatinga.
- Aumento dos registros irregulares de propriedade territorial em áreas protegidas de uso sustentável e unidades de conservação de uso integral.
- Conflitos por água e violência contra populações indígenas e defensora do meio ambiente ainda mais alarmante - Brasil é o 4º país com mais assassinatos de ativistas ambientais.

Recomendações

- Destinar recursos financeiros, humanos e técnicos adequados e executar os orçamentos para saneamento, meio ambiente e clima;
- Reestruturar a governança e a diplomacia ambiental e climática;
- Reativar o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima e garantir representação dos povos e comunidades tradicionais em todas as instâncias de governança;
- Atualizar a NDC de acordo com o Acordo de Paris e a Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- Apoiar propostas para adaptação climática relacionadas à água e esgotamento sanitário;
- Demarcar as terras Indígenas e territórios quilombolas e reconhecer direitos dessas populações;
- Priorizar a aprovação de legislações que avancem a agenda socioambiental, como a inclusão do clima na Constituição, a atualização do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, a neutralidade em carbono no Brasil até 2050 e a cooperação com a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável.